

MOÇÃO

Professores e Educadores exigem soluções e não toleram continuar a ver desvalorizada a profissão e agravadas as condições de trabalho.

O governo teima em continuar a não atender às propostas responsáveis das organizações sindicais de professores, que visam valorizar a profissão docente e melhorar as suas condições de trabalho.

A carreira docente não foi recomposta, como deveria ter sido, e isso significa uma profunda desvalorização material, com assimetrias que se agravaram com a imposição do DL 74/2023.

Os professores vêm reduzidas as condições salariais e de progressão na carreira por não lhes ser contado integralmente o tempo de serviço que cumpriram e o fim das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, bem como das injustas quotas de avaliação.

A PROMOÇÃO DA “CASA ÀS COSTAS”

A precariedade e o “fim da casa às costas” não foram eliminadas com a publicação do DL 32-A/2023 e o regime aprovado, dadas as vicissitudes que apresenta, não permitiu sequer o preenchimento de 25% das vagas criadas para vinculação.

REJUVENESCIMENTO DA PROFISSÃO

O envelhecimento da profissão não para de aumentar e não são tomadas medidas que permitam reverter esta situação. O governo limita-se a esperar a saída dos que atingem os requisitos para se aposentarem, contudo, a saída desses docentes não se traduz em rejuvenescimento, mas numa crescente falta de professores, verificando-se o crescimento do número de alunos sem professores.

ABUSOS, DESCONSIDERAÇÃO E ILEGALIDADES

Os abusos e as ilegalidades nos horários de trabalho arrastam-se e são um dos fatores de profundo desgaste físico, psíquico e psicológico dos docentes.

Em relação aos docentes com doenças incapacitantes, o Ministério da Educação manifesta-se insensível aos apelos dos sindicatos e de quem se encontra nessa situação e decidiu manter o regime injusto e desumano que impôs em 2022.

FALTA DE PROFESSORES

O ano letivo 2023-2024, confirma-se, está a ter uma das piores aberturas dos últimos anos. Há escolas em que falta um elevado número de professores e há alunos a quem faltam vários professores, mas em vez de tomar as medidas que deveria para garantir que se mantêm na profissão os que nela continuam, atrair os que a abandonaram e ganhar os jovens que ingressam no ensino superior, os responsáveis do ME desculpam-se do problema, acusam outros de responsabilidades que também são suas e procuram “soluções” que não o são:

- baixam o nível de exigência para o exercício da profissão;
- impõem horas extraordinárias e “sobretabalho” aos professores;
- subvertem a componente não letiva de estabelecimento dos docentes, violando o seu conteúdo funcional;
- cometem ilegalidades, como a recusa de reduções letivas, ao abrigo do artigo 79.º do ECD, a docentes em período probatório (negando a dispensa a quem já provou ser competente para o exercício da profissão) ou a docentes em regime de monodocência...

O governo também sabe que um dos problemas que afastam os professores das escolas é o custo da habitação em zonas que não são aquelas em que os professores vivem, contudo nada fazem para garantir apoios à sua deslocação e fixação para essas zonas.

FALTA DE RESPEITO

O governo e o Ministério da Educação não respeitam os professores; não respeitam quadros legais que vigoram e impõem a sua discriminação relativamente a outros docentes e a outros trabalhadores da Administração Pública.

RESPONSABILIDADE NEGOCIAL

As organizações sindicais de docentes têm demonstrado a máxima disponibilidade para negociarem soluções para os problemas, aceitando a sua aplicação faseada quando as mesmas acarretam custos de maior peso. Ministério da Educação e governo, contudo, não estão abertos à negociação dessas soluções, rejeitando as propostas e a disponibilidade das organizações sindicais.

GRITO DE ALERTA

Não é tolerável esta situação, pelo que a greve convocada para o dia 6 de outubro, último dia da Semana Europeia dos Professores e dia seguinte ao Dia Mundial do Professor é um grito de alerta aos governantes, no sentido de mudarem a atitude que têm mantido até agora, de confronto com os professores.

DIREITO À GREVE

Condicionando, com ameaças; faltas injustificadas; procedimentos disciplinares e imposição de serviços mínimos, o exercício do direito à greve, os responsáveis do Ministério da Educação confirmam uma natureza antidemocrática. São inconcebíveis atitudes que atentam contra um direito constitucional conquistado pelos trabalhadores portugueses após o 25 de Abril de 1974; são atitudes de que, na Educação e com a gravidade do que está a suceder, não havia registo em quase 50 anos de democracia.

OE 2024

Muito em breve será apresentada na Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado para 2024. Se nela não estiverem contempladas verbas para responder aos principais problemas que os professores querem ver resolvidos, o governo e o Ministério da Educação terão de assumir a responsabilidade pela degradação da qualidade da educação!

Os Professores e Educadores presentes na Concentração Nacional manifestam a sua inteira disponibilidade para prosseguir a luta, reiterando que não desistirão de alcançar os seus justos objetivos reivindicativos e reafirmando que o Orçamento do Estado para 2024 é uma oportunidade que não deve ser perdida, com vista à resolução dos problemas que o governo teima em não querer resolver.

OS PROFESSORES NÃO DESISTEM!

Estas são reivindicações que unem os docentes e as suas organizações sindicais: são reivindicações de que não desistem, nem desistirão. Os professores e educadores exigem respeito, clamam por justiça, rejeitam a discriminação e, ao mesmo tempo, repudiam as torpes tentativas que o Ministério da Educação vem desenvolvendo para pôr em causa a justa luta dos docentes.

Lisboa, 3 de outubro de 2023

Os Professores e Educadores reunidos em Concentração Nacional junto à Residência Oficial do Primeiro-Ministro

